



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

Departamento de Economia

## **Monografia**

A Educação Financeira nas Escolas do Ensino Médio do Brasil: Estratégias  
para a redução da inadimplência da população

Eduardo Marques Sulato

São Paulo

Maio/2025

**EDUARDO MARQUES SULATO**

**A Educação Financeira nas Escolas do Ensino Médio do Brasil:  
Estratégias para a redução da inadimplência da população**

Monografia submetida a apreciação de  
banca examinadora do Departamento de  
Economia, como exigência parcial para a  
obtenção do grau de Bacharel em Ciências  
Econômicas, elaborada sob a orientação  
do Professor Ricardo Gaspar.

**Maio/2025**

## PÁGINA DE APROVAÇÃO

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final \_\_\_\_\_ (\_\_\_).

*(Nomes legíveis dos examinadores (orientador e demais membros da banca))*

---

---

---

**O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP.**

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Moura, Barbara Quites. Privatizacao do setor eletrico no Brasil atual: o caso Eletropaulo / Barbara Quites de Moura – Sao Paulo, 2025, 45 p.

Trabalho de Conclusao de Curso de Graduacao em Ciencias Economicas  
Orientador: Ricardo Gaspar

1. Economia neoclassica 2. Economia Politica 3. Economia do Bem-Estar 4.  
Economia do Setor Publico. Pontificia Universidade Catolica de Sao Paulo Faculdade  
de Economia, Administracao, Contabilidade e Atuariais

# Índice

<b>Introdução</b>	<b>3</b>
<b>1. A História das Finanças no Brasil</b>	<b>3</b>
1.1 Desenvolvimento das Instituições Financeiras	4
1.2 Modernização no Século XX	4
1.3 Crises Econômicas e Impactos	7
1.4 Turbulências Recentes	8
<b>2. Educação Financeira no Brasil</b>	<b>9</b>
2.1 Desafios na Implementação	10
2.2 Impacto da Educação Financeira	12
<b>3. Inadimplência</b>	<b>15</b>
3.1 Principais Fatores da Inadimplência	17
3.2 Como a Educação Financeira afeta os países da Europa?	23
3.3 A Relação entre Educação Financeira e Consumo Consciente entre Jovens	25
3.4 O Papel da Família na Educação Financeira dos Jovens	26
<b>4. O Impacto da Alfabetização Financeira para a Economia</b>	<b>28</b>
4.1 Comparação da Inadimplência entre os Estados do Brasil	31
<b>5. Programa de Educação Financeira nas Escolas (GOV)</b>	<b>33</b>
5.1 O Futuro da Educação Financeira no Brasil	34
5.2 O Apoio do Setor Privado na Implementação de Programas de Educação Financeira	36
<b>Considerações Finais</b>	<b>37</b>

## **Introdução**

A inadimplência tem se consolidado como um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. O fácil acesso ao crédito, combinado à ausência de uma cultura de planejamento financeiro e à baixa alfabetização financeira da população, contribui para um ciclo contínuo de endividamento mal administrado, que afeta milhões de famílias brasileiras. Apesar de iniciativas pontuais, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), os indicadores de inadimplência seguem alarmantes, evidenciando que os esforços ainda são insuficientes para reverter esse quadro estrutural.

Diante desse contexto, esta monografia propõe investigar como a inserção da educação financeira no ensino médio pode atuar como uma resposta estratégica à crise de inadimplência no Brasil. A partir de uma análise histórica das finanças no país, das políticas públicas existentes e de experiências internacionais bem-sucedidas, argumenta-se que a formação financeira dos jovens, aliada ao envolvimento das famílias e ao apoio do setor privado, pode gerar efeitos positivos de longo prazo sobre o comportamento econômico da população. Assim, a pesquisa aqui apresentada busca não apenas compreender as causas da inadimplência, mas também defender a educação financeira como um instrumento transformador de cidadania, inclusão social e estabilidade econômica.

### **1. A História das Finanças no Brasil**

A história das finanças no Brasil e a evolução da educação financeira são temas intrinsecamente ligados, refletindo as transformações sociais, econômicas e políticas pelas quais o país passou ao longo dos séculos. Desde os tempos coloniais até a contemporaneidade, o desenvolvimento econômico do Brasil tem sido uma jornada complexa e multifacetada, marcada por períodos de grande prosperidade e crises profundas. Essa trajetória, por sua vez, moldou a maneira como os brasileiros lidam com o dinheiro, tanto em nível pessoal quanto institucional, e destaca a crescente necessidade de uma educação financeira efetiva para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

"O Brasil colônia viveu longos períodos de estagnação econômica, intercalados por ciclos de prosperidade temporária. A economia estava profundamente enraizada na exploração dos recursos naturais, como o pau-brasil, e posteriormente, com a descoberta de ouro, a economia do país passou a depender fortemente da mineração. Esse modelo econômico criou uma sociedade baseada na monocultura e na escravidão, limitando o desenvolvimento de um mercado interno e de uma economia mais diversificada." (PRADO JR, 2006, p. 105)

### **1.1 Desenvolvimento das Instituições Financeiras**

Nos primeiros séculos de colonização, a economia brasileira estava profundamente enraizada na exploração de recursos naturais, inicialmente com o pau-brasil e, mais significativamente, com a descoberta de ouro e a subsequente corrida do ouro no século XVIII. Esses ciclos econômicos trouxeram prosperidade momentânea, mas também instabilidade e dependência econômica de commodities. O período colonial também foi marcado pela falta de instituições financeiras robustas, o que limitava o desenvolvimento de uma economia mais diversificada e complexa.

Com a independência em 1822 e o estabelecimento do Império, o Brasil começou a desenvolver suas próprias instituições financeiras. O Banco do Brasil foi fundado em 1808, ainda na era colonial, mas foi após a independência que começou a se consolidar como uma peça central do sistema financeiro do país. No entanto, o sistema financeiro era primitivo, com poucas regulações e dominado por interesses privados e do estado, o que frequentemente levava a crises econômicas.

Contudo, se as crises do passado moldaram as finanças no Brasil, são as iniciativas atuais de educação financeira que prometem redesenhar o futuro econômico. A persistência da inadimplência em meio à estabilidade macroeconômica reforça a necessidade premente de programas educacionais focados na gestão de finanças pessoais.

### **1.2 Modernização no Século XX**

O século XX foi um período de modernização e transformações profundas no Brasil. A República Velha (1889-1930) viu uma tentativa de modernização do sistema financeiro com a criação de novos bancos e instituições financeiras, mas também foi um

período marcado por instabilidade política e econômica. A era Vargas e os anos subsequentes trouxeram consigo a centralização econômica e a criação de importantes órgãos e empresas estatais, como a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que desempenharam papéis fundamentais na estratégia de desenvolvimento industrial do Brasil.

"A economia colonial brasileira era baseada na monocultura e na exploração intensiva da mão de obra escrava. Este modelo econômico gerou uma sociedade altamente desigual, onde a riqueza era concentrada nas mãos de poucos. A falta de diversificação econômica e a dependência de produtos primários como o açúcar e o ouro tornaram a economia vulnerável às flutuações do mercado internacional. A independência política não trouxe mudanças imediatas na estrutura econômica, mas foi o ponto de partida para o desenvolvimento de novas instituições e políticas que buscavam modernizar o país." (FURTADO, 2007, p. 150)

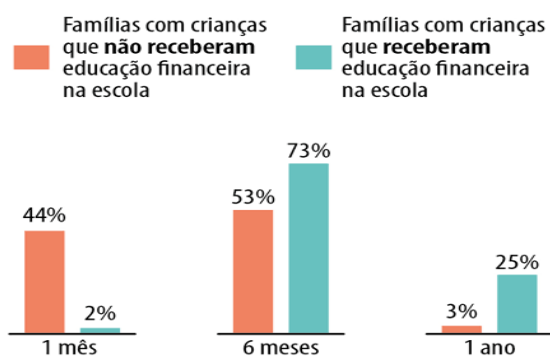
Esta necessidade é evidenciada não apenas em relatórios econômicos, mas também na realidade cotidiana das famílias brasileiras. A educação financeira nas escolas emerge como um catalisador para o empoderamento econômico.

Os dados recentes demonstram que a exposição dos alunos a programas de educação financeira contribui significativamente para uma gestão financeira mais eficaz dentro das famílias, resultando em uma menor incidência de inadimplência e uma maior capacidade de fazer escolhas financeiras informadas. Este impacto é claramente visualizado no gráfico subsequente, que ilustra a correlação entre a educação financeira escolar e a melhoria na saúde financeira das famílias.

## Gráfico 1: A Influência da Educação Financeira na Gestão Econômica das Famílias Brasileiras.

### Educação financeira na escola beneficia toda a família

Por quanto tempo os pais conseguiriam manter o atual padrão de vida, graças às economias, caso parassem hoje de receber salário?



Fonte: Pesquisa Unicamp/Abefin/Axxus (2017)

agência **senado**

Fonte: INSTITUTO AXXUS E UNICAMP. <sup>1</sup>

O gráfico acima não apenas ilustra a eficácia da educação financeira nas escolas, mas também destaca a importância de políticas públicas robustas que promovam a inclusão de tais programas em todos os níveis de educação. Ao fortalecer o entendimento financeiro desde cedo, podemos preparar as gerações futuras para desafios econômicos mais complexos, promovendo uma sociedade mais consciente e menos vulnerável a crises

<sup>1</sup> A importância da educação financeira nas escolas. Fevereiro 2017. Disponível em: <https://www.abefin.org.br/>. Acesso em: [24/04/2024]

financeiras. Este investimento na educação financeira é essencial para a sustentabilidade econômica de longo prazo do Brasil. No entanto, a necessidade de uma educação financeira formal começou a ser intensamente reconhecida apenas na década de 1980, um período marcado por hiperinflação e crises de dívida.

### **1.3 Crises Econômicas e Impactos**

A instabilidade econômica dessa época levou muitos brasileiros a enfrentarem dificuldades para gerenciar suas finanças pessoais, resultando em altos níveis de endividamento e inadimplência. A introdução do Plano Real em 1994, que estabilizou a economia e proporcionou um ambiente de inflação controlada, foi um ponto de virada, destacando ainda mais a necessidade crítica de integrar a educação financeira nas escolas e em outros setores da sociedade. A estabilização da economia com o Plano Real foi primordial, proporcionando um ambiente de inflação controlada e crescimento econômico que durou quase duas décadas.

As recentes turbulências políticas e econômicas no Brasil têm sido significativas, impactando diretamente a estabilidade financeira das famílias brasileiras. Desde a recessão econômica iniciada em 2014, exacerbada pela instabilidade política, as consequências foram uma alta taxa de desemprego e uma redução nos rendimentos das famílias, o que aumentou o endividamento pessoal e a inadimplência. As políticas econômicas oscilantes e as mudanças frequentes na liderança do país criaram um ambiente de incerteza que desafiou os brasileiros a se adaptarem rapidamente para gerenciar riscos e oportunidades econômicas.

A inflação, embora controlada desde o Plano Real, teve momentos de elevação, erodindo o poder de compra e aumentando o custo de vida, o que forçou muitas famílias a recorrerem ao crédito para manter o mesmo padrão de vida. Este endividamento, muitas vezes gerido sem o devido conhecimento financeiro, levou a um ciclo vicioso de dívidas. A crise de 2015-2016, por exemplo, foi particularmente dura, resultando em um aumento expressivo de famílias endividadas e do número de inadimplentes, conforme reportado pelos principais órgãos de crédito.

Além disso, as incertezas políticas frequentes minaram a confiança de investidores e consumidores, afetando o investimento estrangeiro direto e o desenvolvimento de novos

negócios, o que poderia gerar empregos e renda. A situação foi complicada ainda mais pelas reformas legislativas e econômicas propostas e, muitas vezes, não implementadas ou atrasadas, gerando mais instabilidade.

Este cenário ressalta a importância crítica de uma educação financeira robusta, que possa preparar os cidadãos para gerenciar suas finanças pessoais de forma eficaz em tempos de incerteza econômica. A integração da educação financeira nas escolas e outros setores da sociedade torna-se ainda mais essencial para fortalecer a resiliência econômica das famílias e contribuir para uma sociedade mais informada e menos vulnerável às flutuações econômicas.

#### **1.4 Turbulências Recentes**

Apesar desses avanços, as crises econômicas globais do início do século XXI e as recentes turbulências políticas e econômicas no Brasil mostraram a fragilidade das finanças pessoais da população. O aumento do endividamento e a continuação da inadimplência destacaram a lacuna entre a gestão financeira pessoal e o conhecimento econômico necessário para tomar decisões financeiras prudentes. Essa lacuna evidenciou a necessidade crítica de integrar a educação financeira nas escolas e em outros setores da sociedade.

“As crises econômicas que surgiram ao longo do tempo evidenciam a importância de uma educação financeira robusta, que permita aos indivíduos e às instituições navegar pelas complexidades do sistema financeiro global.” Nesse contexto, a educação financeira começou a ganhar um espaço mais significativo nas políticas públicas brasileiras. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), lançada em 2010, é um exemplo de esforço coordenado para promover a conscientização financeira entre a população. Esta iniciativa visa a incorporação da educação financeira nas escolas, universidades, e também em organizações não governamentais e no setor privado, buscando fornecer aos cidadãos as ferramentas necessárias para uma gestão financeira eficaz e responsável. (FERGUSON, 2009, p. 130)

## **2.0 Educação Financeira no Brasil**

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), iniciativa lançada em 2010 pelo governo brasileiro, é um marco significativo nas políticas públicas focadas em melhorar a literacia financeira da população. A ENEF visa integrar a educação financeira de maneira ampla e diversificada, abrangendo desde o ambiente escolar até organizações não governamentais e o setor privado, buscando fornecer aos cidadãos ferramentas necessárias para uma gestão financeira eficaz e responsável.

"A educação financeira é fundamental para que as pessoas possam planejar suas vidas e alcançar seus objetivos financeiros. Saber como poupar, investir e gastar de forma consciente são habilidades essenciais que devem ser ensinadas desde cedo. A falta de conhecimento financeiro pode levar ao endividamento excessivo e à incapacidade de lidar com imprevistos econômicos. Por isso, é vital que a educação financeira seja integrada ao currículo escolar e que iniciativas sejam desenvolvidas para capacitar a população em geral." (HALFELD, 2005, p. 34)

Um dos exemplos mais notáveis de como a ENEF ajudou a promover a educação financeira foi através de seu projeto piloto realizado entre 2008 e 2010, que introduziu a educação financeira na rede pública de ensino médio em vários estados brasileiros, como Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e Distrito Federal. Este projeto não apenas integrou a educação financeira ao currículo escolar, mas também produziu mudanças significativas na vida dos estudantes e suas famílias, como evidenciado pelo relatório do Banco Mundial "The impact of high school financial education". Este estudo destacou que os jovens que participaram do programa tinham uma probabilidade 1% maior de economizar, 21% mais propensos a fazer uma lista de gastos mensais e 4% mais propensos a negociar preços e formas de pagamento ao realizar compras.

Além disso, o impacto do projeto piloto não se limitou aos estudantes, mas estendeu-se às suas famílias, promovendo discussões sobre orçamento, planejamento e taxas bancárias dentro do contexto familiar. Tais diálogos foram frequentemente estimulados por tarefas escolares relacionadas à educação financeira, evidenciando o poder da educação em transformar não apenas indivíduos, mas comunidades inteiras.

A meta atual da ENEF e da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação é expandir esses resultados positivos, incentivando a adoção da educação financeira por alunos de ensino fundamental e médio em todo o país. Isso reflete uma

compreensão mais ampla de que a educação financeira é crucial para o desenvolvimento de cidadãos informados, capacitados e responsáveis, capazes de contribuir para o crescimento econômico sustentável do Brasil.

Dessa forma, a ENEF não apenas destacou a importância da educação financeira, mas também estabeleceu um modelo robusto que pode ser replicado e adaptado para melhorar a educação financeira em diferentes contextos e regiões do Brasil. Ao fornecer acesso a informações e ferramentas financeiras, a ENEF está ajudando a fortalecer a cidadania e a estabilidade econômica do país. (Ministério da Educação, ENEF, 2024)

A importância da educação financeira no Brasil é reforçada por uma série de fatores socioeconômicos. Em um país onde uma grande porção da população ainda enfrenta desigualdades significativas, proporcionar acesso ao conhecimento financeiro é fundamental para permitir que mais pessoas possam tomar decisões informadas sobre poupança, investimento, e gestão de dívida. Além disso, a educação financeira tem o potencial de fortalecer a economia do país ao reduzir os níveis de inadimplência e promover um consumo mais consciente e sustentável.

## **2.1 Desafios na Implementação**

Os desafios, no entanto, são substanciais. Muitas escolas brasileiras ainda não possuem a infraestrutura ou o corpo docente qualificado para oferecer um ensino de qualidade em educação financeira. Além disso, a cultura de planejamento financeiro de longo prazo ainda não está bem estabelecida em muitas famílias brasileiras, o que pode dificultar a implementação de programas eficazes de educação financeira.

A pandemia de COVID-19, além de seus desafios imediatos, lançou uma luz sobre a vulnerabilidade econômica das famílias brasileiras, reforçando a importância de uma educação financeira sólida que possa equipar os indivíduos com habilidades para enfrentar crises financeiras. Com o impacto econômico global, muitas famílias brasileiras se viram em situações financeiras precárias, tendo que lidar com a perda de emprego ou a redução de renda. A capacidade de gerenciar orçamentos mais apertados e fazer escolhas financeiras informadas durante a crise tornou-se uma habilidade essencial. A resposta a essa crise também mostrou a capacidade de adaptação e a resiliência do sistema

educacional, com muitas instituições começando a oferecer recursos e cursos online sobre gestão financeira.

À medida que avança, há uma crescente conscientização sobre a necessidade de integrar profundamente a educação financeira em todos os níveis de ensino e em todos os segmentos da sociedade. Ainda que existam desafios, as oportunidades para criar uma população mais bem informada e economicamente capacitada são imensas. Com uma abordagem mais estruturada e o apoio contínuo do governo, do setor privado e das ONGs, os benefícios da educação financeira podem se estender por toda a sociedade, contribuindo para a redução da pobreza e a melhoria do bem-estar econômico geral.

Além disso, a tecnologia e a digitalização estão desempenhando papéis fundamentais na democratização do acesso à educação financeira. Ferramentas digitais, aplicativos de gestão financeira e plataformas online oferecem novas formas de aprendizado e interação que podem ser particularmente atraentes para as gerações mais jovens. Essas tecnologias não apenas facilitam a disseminação de conhecimento financeiro, mas também permitem uma aprendizagem personalizada e adaptada às necessidades individuais, promovendo um engajamento mais efetivo.

"Segundo o documento analisado, um dos principais desafios da educação financeira nas escolas é a discrepância no nível de aprendizagem entre os estudantes, o que se reflete em dificuldades significativas para inserir e padronizar o ensino de conceitos financeiros básicos nas diferentes realidades educacionais do país". A complexidade da rede de ensino brasileira, que conta com mais de 48 milhões de alunos e mais de 2 milhões de professores, apresenta um obstáculo formidável para a implementação uniforme de qualquer programa educacional, especialmente aqueles que requerem mudanças curriculares abrangentes e formação continuada de professores. (Banco Central do Brasil, 2020, p. 120).

Além disso, "a implementação eficaz de programas de educação financeira exige um compromisso contínuo com a qualidade do ensino e a relevância do conteúdo oferecido. Isso significa atualizar constantemente os currículos para refletir as mudanças no mercado financeiro e na economia, e capacitar professores para que possam transmitir esses conhecimentos de maneira eficaz". O texto destaca que não basta apenas ensinar conceitos básicos de economia e finanças, mas também é crucial fomentar habilidades críticas de pensamento e tomada de decisão. (Banco Central do Brasil, 2020, p. 121).

Fomentar habilidades críticas de pensamento e tomada de decisão no contexto da educação financeira é vital, pois transcende a mera compreensão de conceitos básicos de economia e finanças. Essas habilidades são essenciais para adaptar-se a um ambiente econômico complexo e em constante evolução. Uma capacidade aprimorada para pensar criticamente permite uma análise e interpretação mais profundas de informações financeiras, que muitas vezes podem ser contraditórias ou enganosas, auxiliando na tomada de decisões informadas e bem fundamentadas.

Além disso, entender profundamente os conceitos financeiros e ser capaz de avaliá-los criticamente ajuda na prevenção de fraudes e erros em transações financeiras. Indivíduos equipados para questionar irregularidades e verificar a autenticidade das informações podem evitar perdas financeiras significativas. Da mesma forma, a tomada de decisão eficaz é crucial para o planejamento e a gestão financeira pessoal, envolvendo a avaliação de riscos, a definição de metas financeiras a longo prazo, e decisões conscientes sobre poupança, investimento e consumo.

Em tempos de incerteza econômica, como crises financeiras ou instabilidade no mercado, ter habilidades desenvolvidas de pensamento crítico e tomada de decisão se torna ainda mais crucial. Pessoas com essas capacidades podem ajustar seus planos financeiros proativamente para se adaptarem a novos contextos econômicos, mitigando os impactos negativos em suas finanças pessoais.

## **2.2 Impacto da Educação Financeira**

Adicionalmente, a promoção de uma educação financeira que inclui o desenvolvimento dessas habilidades contribui para uma maior inclusão financeira e econômica, permitindo que mais pessoas participem efetivamente no sistema financeiro. Isso leva a uma maior estabilidade e crescimento econômico, reduzindo as armadilhas de endividamento e aumentando a contribuição individual para a economia.

Também é mencionado que "diferentes realidades socioeconômicas e níveis de investimento por aluno complicam ainda mais a inserção da educação financeira nas escolas brasileiras, sem considerar fatores como o investimento por aluno, que varia significativamente entre estados e municípios". Essa variabilidade demanda uma abordagem flexível e adaptativa para a educação financeira, que possa ser personalizada

para atender às necessidades específicas de diferentes comunidades educacionais. (Banco Central do Brasil, 2020, p. 121).

Por outro lado, a implementação eficaz de programas de educação financeira exige um compromisso contínuo com a qualidade do ensino e a relevância do conteúdo oferecido. Isso significa atualizar constantemente os currículos para refletir as mudanças no mercado financeiro e na economia, e capacitar professores para que possam transmitir esses conhecimentos de maneira eficaz. Também é crucial que esses programas não apenas ensinem conceitos básicos de economia e finanças, mas também fomentem habilidades críticas de pensamento e tomada de decisão.

Além de sua importância prática imediata, a educação financeira também serve como um pilar para o desenvolvimento sustentável a longo prazo. Ao equipar os cidadãos com as ferramentas para gerenciar melhor suas finanças pessoais, promove-se uma maior estabilidade econômica e se reduz a vulnerabilidade a crises econômicas futuras. Esse conhecimento é especialmente valioso em um país como o Brasil, onde as flutuações econômicas podem ser rápidas e imprevisíveis.

Finalmente, a educação financeira é crucial para a formação de uma cidadania mais consciente e engajada. Ao entender melhor como funciona o sistema financeiro e econômico, os cidadãos estão mais aptos a participar de discussões e decisões políticas que afetam suas vidas e comunidades. Este aspecto da educação financeira contribui não apenas para o bem-estar econômico, mas também para a saúde da democracia brasileira.

Em suma, enquanto a história das finanças no Brasil é marcada por altos e baixos, a trajetória da educação financeira ainda está sendo escrita. Com a convergência de esforços entre diferentes setores da sociedade e a utilização estratégica de tecnologias emergentes, o futuro pode ser promissor. A implementação efetiva e a expansão da educação financeira são essenciais para enfrentar os desafios econômicos do presente e preparar o Brasil para um futuro mais próspero e equitativo. Portanto, o Brasil se encontra em um momento decisivo, onde as lições do passado devem informar as ações do presente, pavimentando o caminho para um futuro em que cada cidadão é equipado com as ferramentas financeiras necessárias para prosperar.

Este desenvolvimento é corroborado pela pesquisa de Donadio, Campanario, e Rangel, que explora o papel da alfabetização financeira e o impacto do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. Eles argumentam que a falta de educação

financeira é um fator significativo que contribui para o alto endividamento e sugerem que a inclusão de programas de educação financeira poderia mitigar esse problema substancialmente. Além disso, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em sua Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor de 2022, destacou que um número crescente de famílias brasileiras continua a lutar com dívidas, sublinhando a necessidade urgente de intervenções educativas mais robustas no campo financeiro. (Donadio, Campanario, e Rangel, 2012, p. 75-93)

A educação financeira, portanto, não é apenas uma ferramenta para melhorar a gestão individual das finanças, mas também uma estratégia vital para fortalecer a economia brasileira como um todo. Ao investir no desenvolvimento de uma nação financeiramente instruída, o Brasil pode esperar não apenas melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos, mas também construir uma fundação mais sólida para o crescimento econômico e a estabilidade futura.

### **3.0 Inadimplência**

Com o amadurecimento da educação financeira e a crescente percepção de sua relevância, torna-se inevitável abordar a inadimplência de maneira mais aprofundada e estratégica. Embora o endividamento e a inadimplência estejam intimamente ligados, é crucial fazer a distinção entre eles. O endividamento refere-se ao ato de contrair dívidas, algo que faz parte da dinâmica financeira de qualquer economia moderna, permitindo que as pessoas adquiram bens e serviços mesmo sem dispor do valor total imediato. A inadimplência, por outro lado, ocorre quando essas dívidas não são pagas no prazo acordado, gerando consequências negativas tanto para os devedores quanto para o sistema financeiro. Dessa forma, o endividamento pode ser uma prática saudável e comum, enquanto a inadimplência surge quando a gestão dessas dívidas é ineficaz, o que tem se tornado uma realidade preocupante no Brasil.

Embora a expansão do crédito nas últimas décadas tenha, sem dúvida, facilitado o consumo e estimulado a economia, ela também trouxe consigo o risco do endividamento excessivo, que, se não gerido com cuidado, pode se transformar em inadimplência. Assim, milhões de famílias brasileiras se encontram presas em um ciclo de dívidas, incapazes de equilibrar suas finanças. Nesse contexto, a inadimplência emerge como um reflexo direto da falta de educação financeira e do uso irresponsável do crédito.

Historicamente, o endividamento não é um fenômeno recente, mas sim um processo que se desenvolveu junto com a evolução dos mercados de crédito. No entanto, o crescimento vertiginoso da oferta de crédito, especialmente no Brasil, fez com que o endividamento passasse a fazer parte da vida cotidiana de muitos. Para aqueles que têm pouco conhecimento financeiro, a linha entre o crédito como uma ferramenta útil e o crédito como uma armadilha perigosa é tênue. As famílias começam adquirindo dívidas de forma moderada, mas, sem um planejamento financeiro adequado, essas obrigações se acumulam, e a inadimplência acaba por se tornar inevitável.

A inadimplência, portanto, não é apenas o resultado de dificuldades financeiras temporárias. Como afirmam Donadio, Campanario e Rangel, o problema reside também na falta de educação financeira da população. A facilidade de acesso ao crédito, que se materializa principalmente pelo uso desenfreado do cartão de crédito, muitas vezes leva ao acúmulo de dívidas que, por sua vez, resultam em inadimplência. No Brasil, esse fenômeno é agravado por taxas de juros elevadas e pela ausência de uma cultura de

planejamento financeiro, o que transforma o crédito em um verdadeiro desafio para muitas famílias. Assim, a inadimplência pode ser vista como a consequência de um ciclo vicioso de endividamento mal administrado. (DONADIO; CAMPANARIO; RANGEL, 2012)

Ademais, as estatísticas da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) corroboram essa realidade, mostrando um crescimento constante no número de famílias endividadas. A pesquisa de 2022 revelou que uma parcela crescente da população brasileira não apenas contrai dívidas, mas também enfrenta dificuldades para quitá-las. Sem políticas públicas adequadas e sem a inserção de uma educação financeira eficiente nas escolas, é difícil imaginar uma reversão dessa tendência. Os dados deixam claro que o endividamento, quando mal gerido, acaba comprometendo a estabilidade financeira de milhões de brasileiros, culminando em inadimplência. (Confederação nacional do comércio de bens e serviços)

"Como destaca Graeber (2011), 'a dívida tem sido, ao longo da história, uma forma de controlar e subordinar populações inteiras', algo que ainda se reflete na dinâmica do endividamento contemporâneo, onde o acesso ao crédito, sem a devida educação financeira, coloca milhões de pessoas em uma situação de vulnerabilidade econômica" (Graeber, D. Debt: The First 5,000 Years, 2011).

No entanto, o endividamento e a inadimplência não são fenômenos exclusivos do Brasil contemporâneo. O antropólogo David Graeber, em sua obra *Debt: The First 5,000 Years*, explora como as dívidas sempre foram usadas como mecanismos de controle social ao longo da história. Ele afirma que "a dívida tem sido, ao longo da história, uma forma de controlar e subordinar populações inteiras", e essa ideia ainda reverbera no cenário moderno, onde o crédito, oferecido sem a devida educação financeira, acaba por colocar milhões de pessoas em situações de vulnerabilidade econômica. Essa análise histórica oferece uma perspectiva interessante sobre o atual ciclo de endividamento no Brasil, sugerindo que, sem uma educação financeira robusta, o crédito continua a servir como uma ferramenta de controle e dependência. (GRAEBER, 2011)

Portanto, a inadimplência no Brasil é um reflexo da combinação de fatores econômicos e sociais, em que a facilidade de crédito, somada à falta de educação

financeira, cria um terreno fértil para o endividamento descontrolado. Embora o crédito tenha um papel importante na dinamização da economia, seu uso irresponsável pode gerar consequências graves. A solução passa, inevitavelmente, pela educação financeira, que precisa ser fortalecida e disseminada em todas as camadas da sociedade. Somente assim será possível capacitar os brasileiros a lidar com o crédito de forma consciente e, conseqüentemente, evitar que o endividamento excessivo evolua para inadimplência.

### **3.1 Principais Fatores da Inadimplência**

A inadimplência, em sua complexidade, é gerada por uma série de fatores que vão além do simples acúmulo de dívidas. Embora o endividamento possa ser uma prática comum e até necessária nas economias modernas, a inadimplência é um sinal de falha na gestão desse endividamento. Diferentes elementos socioeconômicos, comportamentais e estruturais interagem, levando à incapacidade de quitar essas dívidas. Assim, a inadimplência não deve ser vista apenas como um problema financeiro individual, mas como um reflexo de um sistema que não prepara adequadamente os consumidores para lidar com as suas responsabilidades financeiras. (RUGGIERO, 2020; ALNABULSI, 2021).

"Como sugere Ruggiero, 'a ignorância financeira e a imprudência são elementos centrais para entender a inadimplência, especialmente em sociedades onde o crédito é amplamente acessível, mas a educação financeira é deficiente'." Ruggiero (2020)

Um dos principais fatores que contribuem para a inadimplência é a falta de educação financeira. Em sociedades onde o crédito é amplamente acessível, mas o conhecimento sobre finanças pessoais é limitado, há uma tendência natural de que os consumidores contraiam dívidas sem planejamento ou uma compreensão adequada das taxas de juros. "A ignorância financeira e a imprudência são elementos centrais para entender a inadimplência". Essa falta de conhecimento sobre as implicações do crédito leva muitos indivíduos a tomarem decisões financeiras imprudentes, que acabam por agravar o ciclo da inadimplência. (RUGGIERO, 2020)

Além disso, as crises econômicas desempenham um papel decisivo na elevação dos índices de inadimplência. A recessão global de 2007-2008, por exemplo, evidenciou como as mudanças abruptas nas condições econômicas podem impactar negativamente a capacidade de pagamento de dívidas de famílias e empresas. "Em tempos de crise, a perda de empregos e a queda na renda são catalisadores naturais da inadimplência, ao exacerbarem as vulnerabilidades financeiras já existentes". Essa situação desestabiliza não apenas os indivíduos afetados diretamente, mas também o próprio sistema financeiro, uma vez que a inadimplência em larga escala aumenta os custos de crédito e diminui a confiança no sistema econômico como um todo.

Outro ponto relevante que contribui para a inadimplência é a distância entre o credor e o devedor, além da ausência de garantias financeiras adequadas. "Quando o devedor não possui uma relação próxima com a instituição financeira, a tendência é que haja menos disciplina no pagamento, agravada pela falta de garantias financeiras que possam ser utilizadas em caso de inadimplência". Essa realidade é particularmente notável no Brasil, onde muitas famílias recorrem ao crédito sem possuírem os recursos necessários para cumprir suas obrigações em caso de emergências financeiras. A falta de ativos tangíveis que possam ser usados como garantia acaba por fragilizar ainda mais a posição do devedor. (ALNABULSI, 2021).

Por fim, a própria estrutura das políticas de crédito tem uma forte influência sobre o problema. A facilidade com que o crédito é concedido no Brasil, principalmente por meio de cartões de crédito e empréstimos consignados, muitas vezes faz com que as famílias tomem decisões financeiras arriscadas. "A ilusão de que o crédito é uma extensão da renda, somada à falta de compreensão sobre os juros cobrados, acaba levando muitas famílias a um ciclo de endividamento descontrolado que, mais cedo ou mais tarde, culmina em inadimplência". Esse ciclo acaba por aprisionar os devedores, que veem suas dívidas crescerem de forma desproporcional devido aos juros elevados. (RUGGIERO, 2020).

Portanto, ao analisar os principais fatores da inadimplência, é necessário reconhecer a importância da educação financeira, o impacto das crises econômicas e a influência das políticas de crédito facilitado. A inadimplência não é apenas uma questão de incapacidade de pagamento; ela é o reflexo de um sistema econômico que não prepara adequadamente os indivíduos para lidar com a complexidade do crédito e das finanças pessoais. O fortalecimento da educação financeira e a criação de políticas de crédito mais

responsáveis são, portanto, passos cruciais para mitigar os efeitos da inadimplência e promover a saúde financeira das famílias.

A inadimplência no Brasil vem se consolidando como um fenômeno preocupante, influenciada por fatores econômicos, sociais e comportamentais. Essa questão não pode ser dissociada da falta de educação financeira e do descontrole no uso do crédito. Conforme afirma o Banco Central, “o aumento da educação financeira nas escolas brasileiras tem o potencial de reduzir as altas taxas de inadimplência, ao fornecer às gerações futuras as ferramentas necessárias para tomar decisões financeiras mais informadas e responsáveis”. Assim, ao analisarmos a inadimplência no Brasil, é preciso entender que ela não surge apenas por crises pontuais ou dificuldades econômicas, mas também pela falta de preparo financeiro desde a juventude, o que contribui para um ciclo de dívidas mal administradas e, por fim, inadimplidas. (Banco Central do Brasil, 2020).

Dessa forma, torna-se evidente que a inadimplência é o resultado não apenas de circunstâncias econômicas, mas também de falhas sistêmicas na formação dos cidadãos para lidar com o sistema financeiro. O fácil acesso ao crédito, frequentemente aliado a altas taxas de juros, agrava o problema, pois muitas famílias recorrem a empréstimos sem o conhecimento necessário para gerenciá-los de forma eficaz. Nesse contexto, a educação financeira, conforme apontado pelo Banco Central, desempenha um papel essencial ao preparar as futuras gerações para decisões financeiras mais responsáveis. Com isso, é possível prevenir que a utilização inadequada do crédito perpetue um ciclo de endividamento que, inevitavelmente, leva à inadimplência.

## Gráfico 2: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC.<sup>2</sup>

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC

MESES	PERCENTUAL			NÚMERO ABSOLUTO		
	FAMÍLIAS ENDIVIDADAS			FAMÍLIAS ENDIVIDADAS		
	ENDIVIDADOS	CONTAS EM ATRASO	NÃO TERÃO CONDIÇÕES DE PAGAR	ENDIVIDADOS	CONTAS EM ATRASO	NÃO TERÃO CONDIÇÕES DE PAGAR
AGO 23	77,4	30,0	12,7	12.831.200	4.953.600	2.048.330
SET 23	77,4	30,2	13,0	12.824.100	4.997.300	2.097.590
OUT 23	76,9	29,7	13,0	12.755.800	4.931.640	2.056.540
NOV 23	76,6	29,0	12,5	12.720.500	4.833.090	1.967.370
DEZ 23	77,6	28,8	12,2	12.887.300	4.806.520	1.919.780
JAN 24	78,1	28,3	12,0	12.986.100	4.744.660	1.883.410
FEV 24	77,9	28,1	11,9	12.978.100	4.725.910	1.875.370
MAR 24	78,1	28,6	12,0	13.020.000	4.794.800	1.915.020
ABR 24	78,5	28,6	12,1	13.079.400	4.800.440	1.934.070
MAI 24	78,8	28,6	12,0	13.133.400	4.818.840	1.949.830
JUN 24	78,8	28,8	12,0	13.136.800	4.876.980	1.985.980
JUL 24	78,5	28,8	11,9	13.080.700	4.885.510	2.005.740
AGO 24	78,0	28,8	12,1	12.998.600	4.890.770	2.064.820

Fonte: Pesquisa direta CNC

Os dados apresentados pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) refletem um cenário de endividamento que vai além de uma simples questão financeira, apontando para a ausência de uma gestão adequada das finanças pessoais por parte de muitas famílias. A falta de planejamento e o desconhecimento sobre as reais implicações do crédito tornam-se evidentes quando analisamos que 28,8% das famílias com contas em atraso já não conseguem honrar seus compromissos. Essa realidade expõe a necessidade de uma intervenção educacional mais efetiva, com foco na educação financeira desde a adolescência. O ensino médio no Brasil, onde a inserção de

<sup>2</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC 2022: Endividamento e inadimplência no Brasil. Rio de Janeiro, [s.d.].

temas como o planejamento financeiro e o uso consciente do crédito pode gerar um impacto positivo, é uma fase crucial para construir bases sólidas que evitem esse tipo de cenário no futuro. (CNC – 2024)

A inclusão de programas de educação financeira no currículo escolar é uma solução promissora para combater a inadimplência a longo prazo. O desenvolvimento dessas habilidades no ensino médio permitirá que os jovens adquiram as ferramentas necessárias para lidar de forma consciente com as finanças pessoais, antes mesmo de entrarem no mercado de trabalho ou assumirem responsabilidades financeiras. Como sugerido pelo Banco Central, essa abordagem educacional tem o potencial de formar cidadãos mais preparados, capazes de tomar decisões mais informadas e responsáveis no que diz respeito ao uso do crédito, prevenindo assim que o ciclo de endividamento continue a se perpetuar nas futuras gerações. A conscientização sobre o papel das dívidas, dos juros e da necessidade de controle financeiro é o primeiro passo para mudar esse cenário de inadimplência que atinge uma parcela significativa da população brasileira.

Esse comportamento, em grande parte, pode ser atribuído à falta de educação financeira formal e à ausência de um planejamento econômico pessoal. O cenário brasileiro revela que a população ainda não possui uma cultura consolidada de organização financeira. Essa carência é particularmente evidente quando analisamos o uso de instrumentos como o cartão de crédito, que representam uma das principais fontes de endividamento. Segundo a Fitch Ratings (2023), o Brasil apresenta uma das maiores taxas de inadimplência da América Latina, especialmente em relação ao uso de cartões de crédito, onde o índice de inadimplência chegou a 8,2% em 2022. Esse dado reforça a urgência de se promover um maior entendimento sobre a gestão de finanças pessoais, desde a escolha da melhor forma de pagamento até o conhecimento das implicações das taxas de juros. (Fitch Rating, 2023)

Outro aspecto importante para compreender o panorama da inadimplência no Brasil é o comportamento das instituições financeiras e fintechs. A expansão das fintechs no Brasil trouxe novas opções de crédito, mas também elevou os riscos. A Fintech Nexus (2022) aponta que, diante do aumento das inadimplências, muitas fintechs têm adotado estratégias mais conservadoras na concessão de crédito. “A concessão de crédito ainda é conveniente. É, geralmente, uma das fontes mais relevantes de receita para uma instituição financeira... a estratégia mais apropriada, em um cenário de aumento da inadimplência, é criar garantias ao conceder o empréstimo”. Isso nos leva a entender que,

mesmo com o aumento do risco, as instituições buscam manter a lucratividade, ajustando suas políticas e, por vezes, agravando a situação das famílias já endividadas, uma vez que as garantias solicitadas podem inviabilizar o acesso a crédito mais seguro para parte significativa da população. (Fintech Nexus, 2022)

Para discutir a inadimplência no Brasil, é impossível ignorar o papel central da educação financeira. O aumento expressivo dos índices de inadimplência está, em grande parte, relacionado à falta de preparo da população para gerir suas finanças pessoais de maneira eficaz. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada com o intuito de melhorar esse quadro, busca fornecer as bases necessárias para que os cidadãos façam escolhas financeiras mais conscientes desde a juventude. No entanto, apesar da relevância desse programa, sua implementação nas escolas ainda é limitada, principalmente no ensino médio, onde os jovens começam a lidar com questões de consumo e crédito. A inclusão mais robusta da educação financeira no currículo escolar poderia transformar essa realidade ao capacitar os estudantes a entenderem melhor o funcionamento do crédito, as armadilhas das altas taxas de juros e a importância do planejamento financeiro. Isso possibilitaria não apenas a redução dos números de inadimplentes no futuro, mas também a criação de uma sociedade com uma cultura financeira mais saudável e sustentável.

Portanto, o combate à inadimplência no Brasil exige mais do que simples ajustes econômicos ou reformas pontuais nas políticas de crédito. Trata-se de uma questão de longo prazo que demanda investimentos sólidos em educação financeira, capacitando as futuras gerações para enfrentarem as complexidades do sistema financeiro de forma mais responsável e consciente. Somente com um esforço coordenado entre governo, setor privado e sociedade civil será possível romper o ciclo de inadimplência que afeta milhões de famílias. O papel da educação financeira, especialmente no ensino médio, torna-se, assim, imprescindível para preparar os jovens a tomar decisões informadas e evitar o sobre-endividamento. Abraçar esse desafio com seriedade e comprometimento é um passo essencial para construir um Brasil mais financeiramente equilibrado e estável.

### **3.2 Como a Educação Financeira afeta os países da Europa?**

A educação financeira tem se tornado um tema cada vez mais relevante em diversos países, especialmente na Europa, onde iniciativas educacionais têm sido amplamente

implementadas para combater o endividamento e promover o planejamento financeiro consciente desde cedo. Países como Finlândia, Noruega, Dinamarca e Suécia estão à frente nesse processo, reconhecendo a importância de capacitar suas populações para lidar com as complexidades do sistema financeiro. A experiência europeia pode, sem dúvida, servir como um modelo para o Brasil, que ainda enfrenta altos índices de inadimplência e endividamento devido à falta de uma cultura financeira sólida.

A Finlândia, por exemplo, tem investido fortemente em educação financeira como uma medida estratégica para prevenir o aumento do endividamento. Embora o país tenha um índice relativamente baixo de endividamento das famílias, que em 2021 alcançou apenas 7%, as autoridades continuam a apostar na prevenção. De acordo com o Banco Central Finlandês, programas de educação financeira são implementados desde a infância, e o uso de ferramentas tecnológicas tem sido incentivado para ajudar os cidadãos a gerenciarem melhor suas finanças. “O país continua investindo em soluções de alta tecnologia para educar seus cidadãos sobre o uso do dinheiro, destacando a importância de medidas preventivas e do planejamento financeiro”. Assim, a Finlândia se posiciona como um exemplo de como a educação desde cedo pode ser uma poderosa aliada na construção de uma população financeiramente consciente. (GEDAF, 2024)

Na Noruega, embora inicialmente não houvesse uma estratégia nacional voltada para a educação financeira, o governo adotou medidas importantes nos últimos anos. A partir de 2020, a educação financeira tornou-se obrigatória nas escolas primárias e secundárias, com o objetivo de capacitar os jovens a tomarem decisões financeiras conscientes e responsáveis. “A integração da educação financeira nas aulas de Matemática e Ciências Sociais até os 18 anos tem como objetivo capacitar os alunos a tomarem decisões mais conscientes e sustentáveis sobre o uso de suas finanças pessoais”. Dessa forma, a Noruega demonstra que, ao incluir educação financeira como parte do currículo básico, é possível formar cidadãos mais preparados para evitar erros financeiros e gerenciar seu dinheiro de maneira eficaz. (EBF, 2020)

Outro exemplo relevante é o de Portugal, onde o Plano Nacional de Educação Financeira, impulsionado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, incluiu a educação financeira como disciplina obrigatória nas escolas secundárias. “O governo português reconhece que uma sociedade bem instruída financeiramente é essencial para o crescimento econômico sustentável e a estabilidade financeira das famílias”. Esse movimento revela o compromisso de Portugal em garantir que os jovens adquiram, desde

cedo, habilidades financeiras fundamentais para uma vida adulta mais equilibrada financeiramente. Dessa maneira, espera-se que a adoção desses programas resulte em uma redução significativa das taxas de inadimplência e endividamento no longo prazo. (CNSF, 2021)

Em contraste, o Brasil ainda está dando os primeiros passos na implementação de uma educação financeira eficaz. O país enfrenta desafios significativos em termos de inadimplência e endividamento. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), 78% das famílias brasileiras estavam endividadas em agosto de 2024, sendo que 12,1% delas já não tinham condições de pagar suas dívidas. Esses números refletem a urgência de implementar programas de educação financeira em todas as escolas, como forma de preparar as futuras gerações para lidar com as complexidades do sistema financeiro. Embora a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) já tenha sido implementada, sua adoção nas escolas ainda é tímida, especialmente no ensino médio, onde a formação de hábitos financeiros mais conscientes poderia ser crucial para a redução da inadimplência no futuro.

Comparando as iniciativas europeias com a realidade brasileira, fica evidente que a educação financeira no Brasil precisa de maior apoio e investimento. Enquanto países como Finlândia e Noruega enxergam a educação financeira como uma prioridade nacional, no Brasil, o processo de implementação ainda está longe de atingir o potencial necessário para transformar o comportamento financeiro da população. Além disso, a Europa demonstra que investir em educação financeira desde cedo não só prepara cidadãos para fazer escolhas mais conscientes, mas também fortalece a economia nacional, diminuindo os níveis de inadimplência e promovendo o uso responsável do crédito.

Portanto, é essencial que o Brasil continue avançando na implementação de uma educação financeira robusta, aprendendo com os exemplos europeus. Assim como na Europa, a educação financeira no Brasil pode se tornar uma ferramenta poderosa para combater o endividamento e criar uma sociedade mais consciente financeiramente, capaz de tomar decisões responsáveis e promover uma economia mais estável e sustentável.

### **3.3 A Relação entre Educação Financeira e Consumo Consciente entre Jovens**

A educação financeira, especialmente voltada para jovens, é um aspecto fundamental para formar cidadãos conscientes do impacto que suas decisões de consumo terão no presente e no futuro. Em uma sociedade cada vez mais impulsionada pelo consumo e pela fácil acessibilidade ao crédito, o consumo consciente torna-se uma habilidade essencial, não apenas para prevenir o endividamento, mas também para promover a sustentabilidade econômica e ambiental.

Ao introduzir a educação financeira no currículo escolar, particularmente no ensino médio, o objetivo não é apenas ensinar os jovens a lidarem com números e orçamentos, mas também incutir uma consciência mais ampla sobre suas responsabilidades como consumidores. O consumo consciente implica em decisões financeiras informadas, que consideram não só a capacidade de pagar por um produto ou serviço, mas também as consequências sociais e ambientais de tais escolhas. Como observa Bruno de Souza Carvalho em seu estudo sobre o tema, “a educação financeira permite consolidar novos hábitos referentes ao consumo, tornando-o mais consciente e sustentável”. Essa abordagem, que vai além do simples controle de gastos, propõe uma reflexão crítica sobre a forma como o dinheiro é utilizado, promovendo uma cultura de maior responsabilidade. (CARVALHO, 2021)

Por sua vez, o comportamento impulsivo no consumo, muitas vezes exacerbado pela publicidade e pelo fácil acesso ao crédito, leva muitos jovens a entrarem no ciclo do endividamento. A educação financeira visa, portanto, quebrar esse ciclo, ensinando-os a planejar suas compras e refletir sobre a real necessidade de adquirir determinados bens. Nesse contexto, a alfabetização financeira se mostra como um passo vital para a prevenção de comportamentos de risco financeiro. Como aponta a CAPES, “a alfabetização financeira é fundamental para que os jovens compreendam o impacto de suas escolhas de consumo a longo prazo, promovendo uma vida financeira mais saudável e equilibrada”. O foco aqui não é apenas na gestão imediata das finanças, mas no desenvolvimento de uma visão de longo prazo sobre os impactos dessas decisões. (CAPES, 2022)

É importante considerar que o consumo consciente, ao ser estimulado através da educação financeira, não trata apenas de evitar o endividamento, mas também de promover escolhas mais éticas e sustentáveis. O consumo consciente envolve a percepção de que cada decisão financeira tem implicações maiores, incluindo impactos sociais,

ambientais e até mesmo culturais. Ensinar os jovens a serem consumidores responsáveis desde o início de sua formação escolar significa oferecer-lhes ferramentas para tomar decisões mais equilibradas, tanto em termos financeiros quanto no que diz respeito à sustentabilidade.

Além disso, a educação financeira oferece a oportunidade de os jovens evitarem comportamentos destrutivos, como o acúmulo de dívidas em função do consumo impulsivo. Ao entenderem como funciona o sistema de crédito, taxas de juros e o valor do planejamento financeiro, os jovens podem se tornar adultos financeiramente equilibrados. Como salienta Godoy, "a educação financeira e o consumo consciente são assuntos que andam de mãos dadas. Não há sustentabilidade financeira, emocional ou ambiental se as pessoas buscam o consumo desenfreado". Isso reforça a ideia de que o consumo consciente e a educação financeira são indissociáveis para formar indivíduos mais preparados e responsáveis para as complexidades do sistema econômico atual. (GODOY, 2021)

Assim, a inserção da educação financeira no ensino médio pode ser vista como um investimento de longo prazo no bem-estar econômico e social da população. Ao capacitar os jovens para entenderem as implicações de suas decisões de consumo, o Brasil poderá formar uma geração de consumidores mais conscientes, aptos a evitar o endividamento e a contribuir para uma economia mais sustentável. Essa inter-relação entre educação financeira e consumo consciente reflete o papel transformador que o conhecimento financeiro pode ter na formação de jovens, promovendo não só o equilíbrio das finanças pessoais, mas também uma mudança cultural em relação ao consumo no país.

### **3.4 O Papel da Família na Educação Financeira dos Jovens**

O papel da família na educação financeira dos jovens vai muito além de apenas ensinar sobre como poupar ou gastar com moderação. A família é o primeiro ambiente no qual o jovem tem contato com decisões financeiras, e é nesse espaço que ele começa a moldar sua percepção sobre o dinheiro. Ao observar como os pais gerenciam suas finanças, o adolescente assimila tanto boas quanto más práticas. Quando essas discussões são feitas de forma aberta e regular, os jovens desenvolvem uma relação mais saudável com o dinheiro, compreendendo que ele é um recurso limitado que deve ser gerido com responsabilidade.

Além disso, o envolvimento da família nesse processo é essencial para complementar a educação formal oferecida nas escolas. Enquanto o ambiente escolar pode fornecer conhecimentos teóricos e práticas pontuais de educação financeira, é no cotidiano que esses ensinamentos podem ser aplicados de forma concreta. Por isso, é importante que a família adote uma postura ativa, incentivando os jovens a participar de decisões financeiras familiares, como a elaboração de um orçamento doméstico ou o planejamento de compras, por exemplo. Esse tipo de envolvimento não só reforça o aprendizado teórico, mas também cria uma experiência prática que fortalece o entendimento dos jovens sobre gestão financeira. “a família exerce importante papel em disseminar o conhecimento financeiro inicial, ou este se dá em situações cotidianas” (DAL MAGRO et al., 2018).

Como destaca o estudo de Cristian Baú Dal Magro e colaboradores no texto acima, a educação financeira dentro do ambiente familiar muitas vezes ocorre de maneira implícita, através da observação e participação dos jovens nas decisões financeiras diárias. Quando a família é ativa nesse processo, seja por meio de conversas regulares ou de uma gestão financeira visível e equilibrada, os adolescentes têm a oportunidade de internalizar boas práticas desde cedo.

Outro ponto importante a ser considerado é que a educação financeira no seio familiar pode atuar como um preventivo contra problemas futuros de endividamento. Quando os jovens crescem sem uma compreensão clara sobre a importância de poupar e planejar, eles tendem a ser mais suscetíveis ao consumo desenfreado e ao uso inadequado do crédito. Ao ensinar sobre a importância da poupança, a família está plantando uma semente que poderá evitar o envolvimento dos jovens em ciclos de dívidas e inadimplência, principalmente ao atingirem a idade adulta, momento em que o acesso ao crédito é facilitado.

Portanto, a colaboração entre a escola e a família se torna crucial para garantir que o jovem esteja preparado para lidar com as complexidades financeiras. A escola pode ser responsável por apresentar conceitos estruturados sobre economia e finanças, mas é dentro do contexto familiar que esses ensinamentos ganham vida e relevância prática. A abordagem conjunta, com a escola fornecendo o conhecimento técnico e a família oferecendo a prática diária, tem o potencial de criar uma geração mais consciente, equilibrada financeiramente e capaz de tomar decisões financeiras mais acertadas ao longo da vida.

#### **4.0 O Impacto da Alfabetização Financeira para a Economia**

O impacto da alfabetização financeira para a economia é multifacetado e vai muito além da simples compreensão de conceitos básicos sobre dinheiro. Quando se pensa no desenvolvimento de uma população financeiramente educada, estamos falando de uma mudança estrutural que afeta tanto os indivíduos quanto o sistema econômico de um país. No Brasil, por exemplo, onde a inadimplência e o endividamento são problemas recorrentes, a educação financeira aparece como uma solução de longo prazo para esses desafios. Ao capacitar os jovens, principalmente aqueles em fase escolar, para entender o funcionamento de instrumentos financeiros como crédito, juros, investimentos e poupança, cria-se um efeito positivo que reverbera em diversas esferas econômicas.

Para ilustrar essa questão de forma mais clara, podemos observar o exemplo da Finlândia, um país que investe, desde cedo, na formação financeira de seus cidadãos. O sistema educacional finlandês, por meio de políticas bem estruturadas, introduz lições de educação financeira já nos primeiros anos escolares, e esse conhecimento reflete diretamente em uma sociedade mais consciente sobre o uso do dinheiro. O impacto na economia, nesse contexto, é evidente: os cidadãos finlandeses, por estarem melhor preparados financeiramente, têm uma relação mais saudável com o crédito, utilizam melhor suas poupanças e tendem a investir de forma mais estratégica. Assim, promovem um ciclo de crescimento econômico sustentado. No Brasil, por sua vez, embora o país ainda esteja caminhando para a plena integração da educação financeira no currículo escolar, os benefícios dessa prática já são claros. Uma população bem educada financeiramente tem a capacidade de reduzir drasticamente seus níveis de inadimplência, já que passa a consumir de maneira mais consciente e, portanto, evita o uso indiscriminado de crédito.

Ademais, a alfabetização financeira também tem um impacto direto no fortalecimento do mercado interno. Quando os indivíduos são capazes de administrar suas finanças com responsabilidade, tornam-se consumidores mais equilibrados, o que gera um ambiente de consumo mais estável. Esse comportamento, conseqüentemente, impacta diretamente o crescimento econômico, pois há uma demanda constante por bens e serviços, sem os picos e quedas bruscas gerados pelo endividamento descontrolado. Além disso, uma população financeiramente educada tende a poupar mais e investir em oportunidades de longo prazo. Isso, por sua vez, aumenta o volume de capital disponível para investimentos produtivos. Esse ciclo virtuoso beneficia a economia como um todo,

com mais recursos disponíveis para o financiamento de projetos empresariais e de infraestrutura, o que favorece o desenvolvimento de uma economia mais robusta e resiliente.

Não podemos esquecer que o impacto da educação financeira também se estende à inclusão social. No Brasil, uma parcela significativa da população ainda não tem acesso a produtos financeiros formais ou, quando tem, não sabe utilizá-los de maneira eficaz. Nesse sentido, a alfabetização financeira atua como um mecanismo de inclusão, capacitando essas pessoas a acessarem e utilizarem ferramentas como contas bancárias, cartões de crédito e investimentos de maneira mais consciente. Essa inclusão financeira, além de fomentar o crescimento pessoal, é essencial para a redução das desigualdades sociais. Isso acontece porque permite que uma parcela maior da população participe de forma ativa na economia, seja como consumidora ou investidora. Com isso, não só há uma melhora no bem-estar individual, mas também uma maior participação no sistema financeiro formal, contribuindo para a circulação de capital e o fortalecimento das instituições econômicas do país.

Um ponto relevante no exemplo da Finlândia é que, além de promover a educação financeira nas escolas, o governo investe em tecnologias e programas voltados para capacitar a população adulta. Isso mostra que a alfabetização financeira não é uma responsabilidade exclusiva da fase escolar, mas sim um aprendizado contínuo, necessário para lidar com as diferentes fases da vida financeira. Da mesma forma, no Brasil, o fortalecimento de programas educacionais voltados para todas as faixas etárias pode ser uma estratégia eficaz para combater o alto índice de inadimplência e endividamento. Afinal, a educação financeira tem o poder de transformar a relação dos indivíduos com o dinheiro, tornando-os mais autônomos e responsáveis, o que, por sua vez, impacta a economia de forma abrangente e contínua.

Portanto, ao traçarmos paralelos entre o Brasil e a Finlândia, percebemos que o impacto da alfabetização financeira vai muito além dos benefícios individuais. Ele afeta toda a estrutura econômica de uma nação. No Brasil, a implementação efetiva de programas de educação financeira nas escolas do ensino médio, conforme propõe o tema principal desta monografia, não apenas contribuiria para a redução da inadimplência, mas também para a criação de uma sociedade mais consciente e economicamente estável. Ao seguir exemplos como o da Finlândia, o Brasil tem o potencial de promover uma verdadeira transformação, capacitando seus cidadãos para enfrentarem os desafios

financeiros de maneira mais preparada e equilibrada, o que certamente traria reflexos positivos para a economia como um todo. Portanto, o impacto da alfabetização financeira vai muito além dos benefícios individuais, afetando toda a estrutura econômica de uma nação. No Brasil, a implementação efetiva de programas de educação financeira nas escolas do ensino médio, conforme propõe o tema principal desta monografia, não apenas contribuiria para a redução da inadimplência, mas também para a criação de uma sociedade mais consciente e economicamente estável. Ao seguir exemplos como o da Finlândia, o Brasil pode promover uma verdadeira transformação, capacitando seus cidadãos para enfrentarem os desafios financeiros de forma mais preparada e equilibrada, o que certamente traria reflexos positivos para a economia como um todo.

#### 4.1 Comparação da Inadimplência entre os Estados do Brasil

Gráfico 3: Inadimplentes no Brasil<sup>3</sup>



A inadimplência no Brasil é um fenômeno que, embora generalizado, apresenta variações significativas entre os estados, conforme demonstrado pelo Mapa de Inadimplência de Julho de 2024. O estudo revela que aproximadamente 44,05% da população brasileira encontra-se inadimplente, mas a distribuição dessa inadimplência não é homogênea entre as regiões. Ao observarmos o mapa, fica evidente que estados

<sup>3</sup> SERASA. Mapa de Inadimplência - Julho de 2024. Disponível em: <https://serasa.com.br/>. Acesso em: 17 set. 2024

como o Rio de Janeiro (53,87%), Distrito Federal (53,04%) e Mato Grosso (52,64%) apresentam os maiores índices de inadimplência, enquanto estados como Piauí (36,26%) e Santa Catarina (37,44%) se encontram no extremo oposto, com os menores percentuais.

Essas variações são influenciadas por uma série de fatores econômicos e sociais específicos de cada estado. O Rio de Janeiro, por exemplo, com seus altos índices de inadimplência, reflete uma combinação de fatores, como a desigualdade social, o aumento do custo de vida e a retração econômica que afeta fortemente a capacidade das famílias de honrar suas dívidas. Da mesma forma, o Distrito Federal, que, apesar de ser uma região com alta renda média, enfrenta dificuldades relacionadas ao alto custo de vida, que também pressionam o orçamento das famílias e aumentam o risco de inadimplência.

Por outro lado, estados como Santa Catarina e o Piauí, que possuem índices relativamente mais baixos de inadimplência, apresentam contextos econômicos distintos. Santa Catarina, com uma economia diversificada e um forte setor industrial, é capaz de proporcionar melhores condições de emprego e renda estáveis, o que, por consequência, reduz a taxa de inadimplência. Já o Piauí, embora seja uma das regiões mais pobres do Brasil, apresenta características de consumo diferentes, com menos acesso ao crédito em comparação a estados mais desenvolvidos, o que pode explicar a menor inadimplência.

Essa comparação regional destaca a importância de se levar em consideração as especificidades locais quando analisamos a questão da inadimplência no Brasil. Ao correlacionarmos esses dados com o tema central da monografia — a educação financeira no ensino médio como estratégia para reduzir a inadimplência —, percebemos que a inclusão de programas de educação financeira nas escolas pode ser uma solução eficaz para enfrentar esse desafio, especialmente nas regiões mais afetadas. Estados como Rio de Janeiro e Mato Grosso, onde os níveis de inadimplência são preocupantes, se beneficiariam imensamente de iniciativas educacionais que capacitem os jovens a tomar decisões financeiras mais conscientes desde cedo.

Além disso, é fundamental reconhecer que a educação financeira não deve ser uma responsabilidade exclusiva das escolas, mas sim parte de uma política pública ampla que envolva a comunidade e as famílias. Ao adotar uma abordagem integrada, o Brasil pode começar a quebrar o ciclo de endividamento que afeta milhões de pessoas em todo o país, criando um ambiente econômico mais estável e saudável.

A relação entre a distribuição da inadimplência e a educação financeira é direta. Quanto mais uma população é instruída financeiramente, maior é sua capacidade de planejar e controlar suas finanças, evitando o acúmulo de dívidas insustentáveis. A experiência de países europeus, como a Finlândia, que investiram em educação financeira desde cedo, reforça essa conexão: ao integrar esses programas no currículo escolar, o país conseguiu reduzir significativamente os níveis de inadimplência, e o Brasil poderia seguir um caminho semelhante para alcançar resultados positivos de longo prazo.

Portanto, a variação da inadimplência entre os estados brasileiros não deve ser vista apenas como um reflexo da economia regional, mas também como um indicativo de que há uma necessidade urgente de políticas educacionais voltadas para a alfabetização financeira. Estados com maiores taxas de inadimplência, como o Rio de Janeiro e o Distrito Federal, podem se beneficiar imensamente de programas de educação financeira no ensino médio, ao passo que estados com menores índices, como o Piauí e Santa Catarina, podem usar essas ferramentas para manter suas populações mais protegidas financeiramente. A implementação de uma política nacional de educação financeira seria um passo decisivo para combater o endividamento e promover uma economia mais equilibrada e inclusiva em todo o país.

## **5.0 Programa de Educação Financeira nas Escolas (GOV)**

O Programa de Educação Financeira nas Escolas, vinculado à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), foi estruturado para enfrentar os desafios contínuos e complexos que o Brasil enfrenta no campo do endividamento e da inadimplência. Não se trata apenas de uma resposta emergencial às taxas crescentes de inadimplência, que, segundo o Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central, já afetam cerca de 44% da população adulta, mas sim de uma estratégia de longo prazo com o objetivo de transformar a relação da população brasileira com o dinheiro, começando desde a juventude. A institucionalização desse projeto se deu por meio do Decreto nº 7.397, de 2010, que marcou a criação da ENEF, um passo crucial para a promoção de cidadãos mais preparados para lidar com o mundo contemporâneo e os desafios financeiros.

Esse cenário alarmante, no qual grande parte da população desconhece conceitos financeiros básicos, como juros compostos, planejamento de orçamento e poupança, revela uma crise não apenas financeira, mas também educacional. A inclusão da educação financeira no currículo escolar, como previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), surge como uma tentativa robusta de romper esse ciclo de desinformação, capacitando jovens com habilidades práticas. Um estudo de 2016 conduzido pelo Banco Mundial, sobre o impacto do programa em alunos do Ensino Fundamental, demonstrou uma melhora significativa no conhecimento financeiro e na capacidade de tomada de decisões relacionadas ao consumo e à poupança, além de efeitos positivos intergeracionais, envolvendo até mesmo os pais dos alunos. (Banco Central do Brasil, 2021)

A metodologia adotada pelo Programa de Educação Financeira nas Escolas é flexível e adaptável às diferentes realidades do Brasil, abrangendo desde áreas urbanas até regiões mais isoladas e carentes de infraestrutura. O material didático é desenvolvido para ser dinâmico, com atividades que simulam situações reais, como a gestão de um orçamento familiar ou a decisão de contratação de um crédito. Dessa forma, o aprendizado vai além da teoria, tornando-se prático e aplicável ao dia a dia dos alunos. Como apontado no Caderno de Educação Financeira do Banco Central, a familiarização com esses conceitos desde cedo não só promove a autonomia financeira dos jovens, mas também fomenta uma cultura de planejamento e consumo responsável. Outro aspecto central do programa é a integração entre os ambientes escolar e familiar, um desafio em si, dado que muitas famílias também apresentam dificuldades em lidar com questões

financeiras básicas. Para mitigar essa lacuna, o governo tem investido em campanhas de conscientização e materiais educativos voltados às famílias, permitindo que pais e alunos compartilhem o aprendizado e reforcem o conteúdo discutido em sala de aula. (Banco Central do Brasil, 2021)

A educação financeira não se limita ao contexto brasileiro. Países como Espanha, Reino Unido e Finlândia já implementaram com sucesso programas semelhantes, colhendo resultados evidentes na criação de sociedades financeiramente mais conscientes. Por exemplo, na Espanha, estudos indicaram que alunos submetidos ao ensino de educação financeira demonstraram uma compreensão mais robusta sobre o valor dos recursos financeiros e as consequências de suas escolhas presentes. Esses modelos inspiram o Brasil a seguir esse caminho, adaptando as melhores práticas às suas próprias realidades culturais e socioeconômicas. (Banco Central do Brasil, 2021)

Entretanto, o Brasil enfrenta desafios únicos que dificultam a implementação homogênea da educação financeira no país. A diversidade regional e cultural, aliada às diferenças nos níveis de infraestrutura e de formação de professores, são obstáculos consideráveis. Há também resistência em aceitar a educação financeira como uma prioridade no currículo escolar, especialmente em regiões onde as necessidades básicas, como alimentação e moradia, são mais urgentes do que o aprendizado sobre finanças. Ainda assim, conforme apontado pelo Banco Central, a ampliação do programa e a formação contínua de professores têm se mostrado estratégias fundamentais para superar esses entraves e garantir que a educação financeira se torne parte da formação cidadã no Brasil. (Banco Central do Brasil, 2021)

Em última análise, o sucesso do Programa de Educação Financeira nas Escolas dependerá do comprometimento de todos os envolvidos — escolas, professores, famílias e governo. O impacto a longo prazo, embora possa demorar a se manifestar de maneira mais ampla, tem o potencial de criar uma sociedade financeiramente mais estável, com cidadãos mais conscientes de suas escolhas e responsabilidades financeiras. Esse esforço não só visa a melhorar a vida individual dos brasileiros, mas também fortalecer a economia nacional, promovendo um ambiente de maior estabilidade e menor inadimplência.

## **5.1 O Futuro da Educação Financeira no Brasil**

O futuro da educação financeira no Brasil aponta para uma fase de evolução, onde a conscientização sobre o tema deve crescer de maneira exponencial, à medida que as políticas públicas se consolidam e a demanda por maior responsabilidade financeira se intensifica. Para além da simples introdução de conceitos financeiros no currículo escolar, o futuro da educação financeira no país dependerá de como ela será integrada de forma sistêmica na vida dos brasileiros, abrangendo não apenas os jovens, mas toda a sociedade.

Um dos grandes desafios e, ao mesmo tempo, oportunidades para o futuro é a expansão do programa para um público mais amplo. A educação financeira, atualmente focada em estudantes do ensino fundamental e médio, poderá no futuro ser implementada também em outros níveis de ensino, como em cursos técnicos e universidades, garantindo que os jovens ingressem no mercado de trabalho já com uma base sólida de conhecimentos financeiros. Além disso, a integração da educação financeira no âmbito familiar, empresarial e nas comunidades locais será crucial para que o impacto seja verdadeiramente sistêmico.

A evolução tecnológica também deve desempenhar um papel importante no futuro da educação financeira no Brasil. O uso de plataformas digitais, aplicativos e até jogos educacionais pode ser uma ferramenta poderosa para tornar o aprendizado mais acessível e atraente para os jovens. A disseminação de conteúdos por meio de ferramentas digitais permitirá que estudantes e suas famílias tenham acesso a conhecimentos financeiros de forma contínua e personalizada, ampliando o impacto das aulas presenciais. Além disso, essas plataformas podem fornecer dados sobre o progresso dos alunos, permitindo que as políticas sejam ajustadas em tempo real, de acordo com as necessidades específicas de cada região ou grupo.

Outro aspecto que delinea o futuro da educação financeira no Brasil é a crescente conscientização sobre a sua importância como um componente essencial de cidadania. O entendimento de que o conhecimento financeiro é um direito de todos e não apenas uma habilidade a ser desenvolvida por aqueles com maior poder aquisitivo já está em curso, e o próximo passo será consolidar essa visão em todos os setores da sociedade. Programas como o da ENEF são apenas o começo. Para o futuro, espera-se que a educação financeira seja vista como uma ferramenta de inclusão social, ajudando a reduzir a desigualdade ao

permitir que mais brasileiros saibam como lidar com o crédito, poupar e investir de maneira consciente e responsável.

As comparações internacionais, como as observadas em países como a Finlândia e o Canadá, mostram que quando a educação financeira é devidamente integrada ao sistema de ensino, seus resultados são evidentes não apenas em termos de menores taxas de inadimplência, mas também na criação de uma cultura financeira mais robusta e sustentável. No Brasil, seguir esse caminho significa garantir que as próximas gerações estejam equipadas para lidar com crises econômicas, altos e baixos no mercado de trabalho e até mesmo mudanças tecnológicas que afetem suas finanças pessoais. (Banco Central do Brasil, 2021)

Para alcançar esses objetivos, será fundamental que as autoridades brasileiras, em conjunto com as escolas, famílias e a sociedade civil, continuem a promover a educação financeira como um componente indispensável na formação de cidadãos autônomos e responsáveis. O futuro da educação financeira no Brasil não será apenas sobre ensinar os conceitos básicos, mas sim sobre transformar a forma como o país e suas futuras gerações encaram o dinheiro, o consumo e o planejamento a longo prazo.

Por fim, o futuro da educação financeira no Brasil também deve se pautar pela constante adaptação às novas realidades econômicas e sociais. O cenário financeiro global está em constante mudança, e o Brasil precisará adaptar suas estratégias de ensino para acompanhar essas transformações. A introdução de temas como economia digital, criptomoedas, finanças sustentáveis e empreendedorismo deve ser parte integrante do currículo, permitindo que os estudantes estejam preparados não apenas para o presente, mas para os desafios e oportunidades que surgirão nas próximas décadas. última análise, o sucesso do Programa de Educação Financeira nas Escolas dependerá do comprometimento de todos os envolvidos — escolas, professores, famílias e governo. O impacto a longo prazo, embora possa demorar a se manifestar de maneira mais ampla, tem o potencial. (Banco Central do Brasil, 2021)

## **5.2 O Apoio do Setor Privado na Implementação de Programas de Educação Financeira**

O setor privado tem desempenhado um papel cada vez mais significativo na implementação de programas de educação financeira no Brasil, colaborando ativamente com iniciativas públicas, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Esse esforço conjunto busca ampliar o alcance do conhecimento financeiro para diversas camadas da população, permitindo que mais brasileiros adquiram as habilidades necessárias para gerir suas finanças de forma responsável e sustentável. Como destaca a ENEF, "o setor privado desempenha um papel fundamental ao promover iniciativas que visam a capacitação financeira da população, ampliando o acesso a recursos e informações que auxiliam na gestão financeira pessoal". Essa citação sublinha a importância do envolvimento das empresas privadas, que trazem sua expertise e capacidade técnica para auxiliar na disseminação de informações financeiras. (Associação de Educação Financeira do Brasil, 2024)

Ao participar dessas iniciativas, as instituições financeiras privadas ajudam a criar uma base sólida de conhecimento, promovendo a inclusão financeira em um país onde o endividamento e a inadimplência ainda são questões críticas. Um exemplo prático dessa colaboração pode ser visto no portal "Meu Bolso em Dia", mantido pela FEBRABAN, que oferece ferramentas como simuladores de crédito e orçamentos, além de conteúdos didáticos voltados ao planejamento financeiro. Essa plataforma representa uma maneira eficiente de democratizar o acesso ao conhecimento financeiro, complementando os esforços do governo em capacitar a população desde a juventude.

A parceria público-privada também permite que os programas de educação financeira alcancem uma maior capilaridade, chegando a regiões onde o governo muitas vezes não consegue atuar de forma direta. Dessa forma, o setor privado oferece não apenas os recursos financeiros necessários para a expansão dessas ações, mas também ferramentas tecnológicas que facilitam o aprendizado, como aplicativos e plataformas digitais, tornando o processo de educação mais acessível e interativo. "O sucesso das ações de educação financeira depende de uma articulação eficiente entre governo, empresas privadas e a sociedade civil, promovendo uma verdadeira cultura de responsabilidade financeira" (BRASIL, 2010).

Ao olharmos para o futuro, espera-se que essa colaboração continue a se intensificar, com o setor privado cada vez mais atuando como um parceiro essencial no desenvolvimento de programas que capacitem financeiramente a população. A experiência internacional demonstra que parcerias desse tipo, como as observadas em países desenvolvidos, são fundamentais para promover uma cultura de educação financeira robusta e sustentável. Assim, o Brasil pode seguir esse exemplo e consolidar a educação financeira como um pilar essencial na formação de seus cidadãos.

## **Considerações Finais**

As considerações finais desta monografia consolidam as discussões sobre a importância da educação financeira para a formação de cidadãos conscientes e para a redução dos altos índices de inadimplência no Brasil. Ao longo do trabalho, ficou evidente que a educação financeira não se limita ao equilíbrio das finanças pessoais, mas se estende à estabilidade e ao desenvolvimento da economia nacional, revelando uma relação direta entre a capacitação financeira e a saúde econômica do país.

Historicamente, o Brasil tem enfrentado desafios recorrentes relacionados ao endividamento e à inadimplência. Fatores como o fácil acesso ao crédito e a falta de conhecimento sobre finanças pessoais contribuem para o uso inadequado do crédito, muitas vezes sem planejamento, o que acarreta o aumento da inadimplência. A inserção de programas como a **\*\*Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)\*\*** surge, portanto, como uma resposta estratégica, voltada a transformar a relação dos brasileiros com o dinheiro desde a juventude. Ao oferecer uma formação sólida, a ENEF busca prevenir que futuros cidadãos cometam erros financeiros que podem comprometer suas vidas econômicas.

O processo de implementação da educação financeira nas escolas, embora promissor, ainda encontra desafios no Brasil. A inclusão do tema no currículo escolar, especialmente desde o ensino fundamental e médio, visa preparar as novas gerações para tomar decisões mais responsáveis em relação ao crédito e à poupança, promovendo um consumo mais consciente e sustentável. Assim, o papel transformador da educação formal é essencial para fornecer as ferramentas necessárias para que os indivíduos administrem suas finanças de maneira mais eficaz. Esse aspecto é corroborado pela experiência de países europeus como Finlândia e Noruega, que demonstram que uma educação financeira estruturada tem o poder de gerar mudanças profundas não só no comportamento individual, mas na economia como um todo.

A comparação entre o Brasil e esses países europeus evidencia a importância de uma abordagem integrada e abrangente, que não só educa, mas também molda comportamentos financeiros saudáveis. A Finlândia, por exemplo, ao adotar a educação financeira desde cedo, conseguiu reduzir significativamente os níveis de inadimplência e criou uma cultura de planejamento financeiro que reflete em uma economia mais estável. Este exemplo serve de inspiração para que o Brasil continue a avançar na implementação

de programas educacionais robustos, capazes de transformar o comportamento dos cidadãos em relação ao consumo e ao crédito.

Ademais, o papel do setor privado na disseminação da educação financeira foi identificado como essencial para o sucesso dessas iniciativas. A colaboração entre o governo e empresas privadas tem sido fundamental para a criação de ferramentas tecnológicas e plataformas que democratizam o acesso ao conhecimento financeiro. Iniciativas como o portal "Meu Bolso em Dia", mantido pela FEBRABAN, são exemplos práticos de como o setor privado pode atuar de maneira complementar ao esforço público, ampliando o impacto da educação financeira em diferentes camadas da população.

O futuro da educação financeira no Brasil é promissor, mas exige esforços contínuos e coordenados. A expansão do programa para diferentes faixas etárias e o uso de tecnologias digitais, como aplicativos e plataformas online, podem facilitar o aprendizado e torná-lo mais acessível e atraente. Além disso, a inclusão de temas emergentes, como finanças digitais e economia sustentável, é crucial para preparar os cidadãos para os desafios financeiros do século XXI. A educação financeira, assim, deve ser vista como uma ferramenta essencial para a inclusão social, a redução das desigualdades e a promoção de uma economia mais equilibrada e resiliente.

Ao integrar esses aspectos, as considerações finais reafirmam que a educação financeira, quando amplamente difundida e aplicada, não só fortalece o indivíduo em suas finanças pessoais, mas também contribui para a construção de uma economia nacional mais sustentável e menos vulnerável a crises. Para que o Brasil avance, é fundamental que essa educação seja robusta, acessível e contínua, garantindo que futuras gerações possam enfrentar os desafios econômicos com maior preparo e responsabilidade.

## **BIBLIOGRAFIAS**

ALNABULSI, Z.H. **Delinquent Loans and Their Causes from the Perspective of Banks' Employees**. Academy of Accounting and Financial Studies Journal, Vol. 25, Issue 6, 2021.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL (AEF-Brasil). **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br>. Acesso em: 16 set. 2024

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Educação Financeira nas Escolas: Desafios e Caminhos**. Disponível em <[https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art8\\_educacao\\_financeira\\_escolas.pdf](https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art8_educacao_financeira_escolas.pdf)> Banco Central do Brasil. p. 119-127.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira e gestão de finanças pessoais**. 2021. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BARBOSA, M. L. de O.; FERREIRA, J. S. A.; RIBEIRO, K. C. S. **Educação financeira no Brasil: Uma análise do impacto do conhecimento financeiro nas decisões de crédito pessoal**. Revista Brasileira de Finanças, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 199-230, abr./jun. 2020.

CAPES. **A importância da educação financeira no desenvolvimento do consumo consciente**. 2022. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2024.

CARVALHO, B. de S. **Educação financeira e consumo consciente: Proposta de sequência didática para alunos do 9º ano do ensino fundamental como diferencial para a formação do cidadão responsável.** In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU. 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/>. Acesso em: 15 set. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC 2022: **Endividamento e inadimplência no Brasil.** Rio de Janeiro.

CONSELHO NACIONAL DE SUPERVISORES FINANCEIROS (CNSF). **Plano Nacional de Educação Financeira em Portugal.** 2021. Disponível em: <https://www.cnsf.pt/>. Acesso em: 15 set. 2024.

DAL MAGRO, C. B.; GORLA, M. C.; SILVA, T. P.; HEIN, N. **O efeito da família no comportamento financeiro de adolescentes em escolas públicas.** *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 12, e142534, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2018.142534>. Acesso em: 16 set. 2024.

DONADIO, C.; CAMPANARIO, M.; RANGEL, L. **O Papel da Alfabetização Financeira e do Cartão de Crédito no Endividamento dos Consumidores Brasileiros.** *REMark - Revista Brasileira de Marketing*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-93, jan./abr. 2012.

ENEF. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 set. 2024.

EUROPEAN BANKING FEDERATION (EBF). **Financial Literacy in Europe.** EBF, 2020. Disponível em: <https://www.ebf.eu/>. Acesso em: 15 set. 2024.

FERGUSON, Niall. **A Ascensão do Dinheiro: A História Financeira do Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 130.

FINTECH NEXUS. **Brazil's Fintechs Pull the Brakes on Credit as Delinquencies Rise. 2022**. Disponível em: <https://www.fintechnexus.com/>. Acesso em: 15 set. 2024.

FITCH RATINGS. **Brazil Bank Delinquency Trends**. Fitch Ratings, 2023.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 150.

GEDAF. **Finlândia investe em educação financeira para combater endividamento crescente**. Disponível em: <https://www.gedaf.com.br/finlandia-investe-em-educacao-financeira-para-combater-endividamento/>. Acesso em: 15 set. 2024.

GODOY, T. **Psicologia do dinheiro e consumo consciente**. 2021. Disponível em: <https://brainlatam.com/blog/>. Acesso em: 15 set. 2024.

GRAEBER, D. **Debt: The First 5,000 Years**. New York: Melville House, 2011.

HALFELD, Mauro. **Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 34.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Financeira nas Escolas**. Disponível em: <https://www.edufinanceiranaescola.gov.br/>. Acesso em: 28/10/2023. Atualizado em: 23/09/2024

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Medir as competências da população adulta sobre a Educação Financeira. 2021**. Disponível em: <https://data.oecd.org/gga/general-government-debt.htm>. Acesso em: 04 mai. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Resultados do **PISA 2015 (VOLUME IV)**. 24 maio 2017. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org>>. Acesso em: [06/05/2023].

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REIS, F. **Planejamento Financeiro: qual a importância de planejar as finanças?** 2018. Disponível em: <<https://blog.magnetis.com.br/planejamento-financeiro-a-importancia-de-planejar-as-financas/>>. Acesso em: 1 mai. 2022.

RUGGIERO, V. **Hypotheses on the causes of financial crime**. Journal of Financial Crime, Vol. 27 No. 1, pp. 245-257, 2020.

SERASA. **Mapa de Inadimplência - Julho de 2024**. Disponível em: <https://serasa.com.br/>. Acesso em: 17 set. 2024